

Refrigério

ISSN 2182-617X ANO 34
Número 182 - OUT/DEZ 2021

19

**A Páscoa que
Jesus celebrou**

21

**A busca por uma
boa morte**

**Bíblia, Igreja
& Sociedade**

#1 - Envio do Refrigério

Desafiamos todas as igrejas locais que recebem a revista Refrigério a aderirem à recepção da mesma através de correio. Para tal, deverão enviar sms para o nº 936957585, indicando o nome da igreja local e a frase "desejamos receber o Refrigério por CTT". A igreja será contactada de seguida com os passos necessários para passar a receber a revista por correio. Evitem atrasos na recepção - recebam o Refrigério por correio!

#2 - Ofertas

Solicitamos a todos quantos enviam ofertas para o Refrigério, que o façam de preferência através de transferência bancária para o NIB 0035 2145 0001 7614 93092 (CIIP - Comunhão de Igrejas dos Irmãos em Portugal), acompanhada do envio de email para refrigerio@ciip.pt com a identificação do ofertante e destino da oferta (por exemplo: "oferta para a revista Refrigério"). Caso a oferta seja para pagamento de portes de correio, o email deverá indicar esse destino (exemplo: "portes de correio da revista Refrigério"). Desta forma, o tesoureiro da CIIP terá a informação necessária para proceder ao lançamento contabilístico, podendo igualmente enviar o respectivo recibo ao remetente.

#3 - Feliz Natal

A revista Refrigério deseja continuar a ser um veículo de bênção e crescimento espiritual para todos aqueles que, um pouco por todo o mundo a lêem. Rogamos a Deus que continue a usar o Refrigério como ajuda às famílias, obreiros e igrejas locais. Desejamos a todos os leitores do Refrigério um SANTO NATAL e um ABENÇOADO ANO NOVO!

Índice

- 03** Sujeição exemplar às autoridades?
- 05** Desobediência civil?
- 07** Isolados num convento?
- 09** Bons cidadãos no mundo... mesmo não sendo do mundo?
- 12** Riqueza é sinónimo de maldição?
- 15** Relacionamentos profissionais saudáveis?
- 17** Tolerância e convicções
- 19** A Páscoa que Jesus celebrou - 3ª parte
- 21** A busca por uma boa morte - 2ª parte
- 24** Família Duarte

Ficha técnica

Ano 34 Número 182 OUT/DEZ 2021 ISSN2182-617X | Periódico trimestral visando a informação e edificação do povo de Deus

Propriedade Comunhão de Igrejas de Irmãos em Portugal CIIP | Internet: www.refrigerio.ciip.pt | e-mail: refrigerio@ciip.pt

As igrejas afiliadas na CIIP caracterizam-se por: serem igrejas locais autónomas, com uma convicção e tradição de liderança plural na comunidade, comunhão aberta sem distinção de origens denominacionais, ênfase na liberdade do Espírito Santo no culto e serviço, expectativa da segunda vinda iminente do Senhor Jesus em glória, e no exercício livre do ministério através dos dons e talentos em vez da profissionalização de cargos eclesiais.

Editor: Duarte Casmarrinha | Design Gráfico e Paginação: João Silva | Revisão e Edição de Textos: Equipa Editorial | Endereço Jornal Refrigério: Refrigério - Largo da Cabine, No 100 - Madalena - 4405-732 Vila Nova de Gaia - Portugal | E-mail: refrigerio@ciip.pt | Versão digital: www.refrigerio.ciip.pt | Impressão SIG: Sociedade Industrial Gráfica, Lda | Depósito legal: 21.402/88 | ISSN: 2182-617X impresso / 2182-6188 em linha | Tiragem: 1300 exemplares | Preço de cada exemplar: 2€ | Sustentado através de ofertas voluntárias.

Finanças: Agradecemos a todos os irmãos e igrejas que têm ajudado no sustento deste ministério. Envie a sua oferta para CIIP. Os cheques devem ser passados à ordem de CIIP. NIB: 0035 2145 0001 7614 9309 2 com a especificação do destino da oferta: para "Revista Refrigério"

©Copyrights - Autorizamos e incentivamos a divulgação, no todo ou em parte, dos estudos e artigos publicados, desde que a fonte seja citada. Os artigos assinados são da responsabilidade individual. Os artigos que não correspondam à linha doutrinária e informativa deste jornal, não serão publicados. À Comissão de Publicações do Dep. de Comunicações da CIIP assiste o direito de rejeitar publicidade que colida com as atividades das Assembleias de Irmãos.

Coord. Dep. De Comunicação: Joel Costa | Cada número do Refrigério tem um custo, apoie este ministério com a sua oferta

Dossier Bíblia, Igreja & Sociedade

Sujeição exemplar às autoridades?

Uma reflexão em I Pedro 2:11-17



Mário Santos

Ancião na Comunidade
Cristã no Algueirão

Normalmente associamos a ideia de sujeição a uma subordinação relacional do estilo “militar”: de alguém superior que determina ordens aos posicionalmente inferiores, que se limitam a dizer sim.

Por vezes, até mesmo a obediência ao Senhor é vista na perspectiva de um Deus que está “lá em cima” e que fala de cima para baixo, despejando uma interminável carga de leis e regras às quais “lá temos que obedecer”.

Os conceitos e paradigmas errados, quanto à sujeição e à obediência, resultam da falta de compreensão dos verdadeiros fundamentos da nossa fé. É importante revisitá-los e reapropriá-los, sob pena de nunca estarmos disponíveis, em liberdade de espírito, para agirmos alinhados com a vontade do Senhor.

É esse desafio que proponho nesta pequena reflexão.

O apóstolo Pedro estava em Roma quando redigiu a sua primeira carta (provavelmente no ano 63 dC). O ambiente social e político era de hostilidade em relação aos cristãos, com perseguição policial, prisões e propriedades confiscadas.

É neste ambiente de sofrimento promovido pelas autoridades romanas que Pedro, entre outras recomendações práticas, exorta os cristãos à “sujeição a toda a instituição humana, por causa do Senhor” (I Pe 2:13). Fê-lo para não hostilizar Roma, ou na expectativa de, através do “procedimento” dos fiéis, os “malfeitores” mudarem de atitude (I Pe 2:12)?

Creio que Pedro sustenta a sua exortação em

duas realidades ocorridas na vida dos leitores.

Primeiro: foram eleitos para a obediência (I Pe 1:2), porque agora são “filhos da obediência” (I Pe 1:14); O cristão deve “obediência” ao evangelho (I Pe 4:17), a palavra da verdade (Ef 1:13). No Velho Testamento a “obediência” está relacionada com o ouvir atentamente. No Novo Testamento a palavra original acresce outro significado: “estar debaixo de...”. A “obediência” é o que se espera de um cristão que ouve atentamente o Senhor, através da Sua palavra e a Ele se submete. Quem obedece ao Senhor discerne bem, porque põe em prática as recomendações certas, espelhando sempre a vontade do Senhor. A “obediência” até faz “emudecer os insensatos” (I Pe 2:15).

Em segundo lugar devem manter-se firmes na “genuína graça de Deus” (I Pe 5:12). Por isso devem adotar um “procedimento santo” (I Pe 1:15), ser na prática, o que já são em Cristo.

A “graça” é um favor imerecido, algo que recebemos sem merecer. Trata-se do significado mais presente nos textos do Novo Testamento. No Velho Testamento a palavra “graça” surge do radical de um verbo hebraico que significa “abaixar-se, curvar-se”. Está presente a ideia de alguém superior que vem ao encontro de um outro que é inferior, de um soberano que desce ao encontro de um vassalo ou subordinado. Porém, no Velho Testamento a “graça” era somente como que uma pequena luz. É no Novo Testamento que a expressão ganha uma amplitude sem medida, trazida pela revelação em Jesus Cristo - “O Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de



verdade...” (Jo 1:14), “porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus” (Ef. 2:8). Esta é a “genuína graça de Deus” que Pedro cita em toda a extensão da sua primeira carta e na qual devem estar firmes. Mas a “graça” tem dois princípios relevantes: ela é ativa e operativa.

A graça de Deus é ativa porque busca o pecador. Deus não ficou confinado no Seu trono, nem contemplativo no cadeirão da Sua soberania lá nos altos céus. Tomou a iniciativa de atrair a Si o perdido. Enviou o Seu Filho para pagar o preço do pecado e abrir o caminho da reconciliação. É pela graça que somos salvos, mediante a resposta da fé (Ef 2:8).

A graça de Deus é operativa porque Deus “nos deu vida juntamente com Cristo” (Ef 2:5), e porque temos o privilégio de sermos cidadãos do céu (Ef 2:6), passando a usufruir dos benefícios das experiências com Cristo e em Cristo. Daí a importância da operacionalidade da “graça” na vida dos cristãos. Eles, que já experimentaram o princípio ativo da “graça” de Deus são agora chamados a torná-la prática nas experiências da vida. Devem adotar um “procedimento santo” (I Pe 1:15) - ser na prática, o que já são em Cristo. Por isso o apóstolo elenca um conjunto de deveres a ter em devida conta de I Pe 2:11 a 4:11, onde se inclui o texto onde recomenda a sujeição às autoridades (I Pe 2:11-17).

No texto específico em apreço, Pedro exorta a que se abstenham de paixões carnis (vs 11) e que mantenham o procedimento (comportamento) para que os gentios pudessem observar as suas “boas obras”. Com efeito, eles não foram salvos pelas obras, mas foram “criados em Cristo Jesus para boas obras, preparadas de antemão por Deus” (Ef. 2:8-10). Assim, eles devem promover a prática do bem e agir como servos de Deus (vs. 16). Os que foram salvos peça graça de Deus, são agora chamados a tornar operativa essa graça no relacionamento com as autoridades, não somente o rei, mas todas as autoridades espalhadas pelo vasto império romano. Em total sujeição. Sejam eles cristãos judeus ou cristãos gentios, porque essa é a vontade de Deus (vs. 15). Os “filhos da obediência”, são exortados a obedecer às autoridades romanas

(mesmo ímpias), em sujeição, porque assim estão a obedecer ao Senhor. (I Pe 2:13). Isto é o privilégio da graça!

Provavelmente Pedro tem bem presente o ensino de Paulo sobre este assunto. Paulo relembra que toda a autoridade vem de Deus e que ninguém se deve opor a ela (Rm 13:1-2 e Tt 3:1), não importando a forma ou organização institucional, ou o âmbito (central, regional).

Uma questão pertinente: deve haver sujeição sem limites? Não. A sujeição às autoridades deve ir até ao limite da vontade de Deus. Devemos obedecer, acima de tudo, a Deus. Tudo o que vai em sentido contrário à vontade de Deus deve ter a nossa recusa. Claro que, nesse caso, devemos estar preparados para arcar com as consequências. A boa notícia é que mesmo no sofrimento, a “graça” de Deus estará presente. “quem é zeloso acerca do que é bom não será maltratado” (I Pe 3:1) – “mas ainda que venhais a sofrer por causa da justiça (fazer a boa vontade de Deus), bem-aventurados sois; não vos amedronteis, portanto com as suas ameaças, nem fiqueis alarmados (I Pe 3:14).

Uma nota peculiar: todos devem ser tratados com honra. (I Pe 2:17). Aprecio muito esta exortação do apóstolo, porque se trata de um princípio geral, não específico: “tratai todos com honra, amai os irmãos, temei a Deus, honrai o rei”. Neste versículo temos a Igreja (os irmãos vinculados pelo amor), o Senhor (Autoridade Soberana digno de temor/reverência) e o Governo/Estruturas sociais (Governo central, regional, a quem devemos honrar). Devemos ter como regra especial/geral “honrar a todos”, sem aceção de pessoas. Por isso Pedro instruiu os seus leitores a interpretarem na prática a sujeição às áreas práticas da vida.

Como cristãos cremos que somos cidadãos do céu, embora ainda estejamos por aqui peregrinando. Somos produto da graça ativa de Deus. É nosso dever tornar essa graça operativa através do nosso procedimento, alinhados sempre com a vontade de Deus. A sujeição às autoridades não é um fardo - é um privilégio da graça de Deus, porque elas foram constituídas por Ele e é nosso dever cooperar na promoção do bem-estar geral, agindo como filhos obedientes.

Dossier Bíblia, Igreja & Sociedade

Desobediência civil?

Uma reflexão em Atos 5:26-32



Paulo Oliveira

Obreiro e Ancião na Igreja
Evangélica em Guimarães

Assunto polémico e antigo, a desobediência civil dentro do âmbito da fé, tem reaparecido ultimamente devido à pandemia dos últimos anos. As restrições nos cultos públicos levaram alguns cristãos a ponderar se deveriam ou não aceitar as normas estabelecidas pelas autoridades. Ficar privado de congregar com a igreja, num caso de saúde pública, será razão para afirmar “Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens.” (At 5.29)?

A narrativa de Atos 5.26-32 tem servido de base a diversos argumentos relacionados com desobediência civil por relatar um caso que os apóstolos desobedeceram às autoridades. Os apóstolos tinham recebido instruções gerais para pregar o evangelho (Mt 28.16-20) e uma ordem bem clara de um anjo do Senhor para irem de novo ao templo pregar o evangelho (At 5.19-20). E era isso que eles estavam a fazer. A razão porque os líderes religiosos repetem uma proibição já dada — “Expressamente vos ordenamos que não ensinásseis nesse nome;” (At 5.28), deve-se ao facto de os apóstolos já terem sido presos no dia anterior pela mesma razão. Mas, de forma inesperada, um anjo do Senhor abriu as portas da prisão, levou-os para fora e disse-lhes para irem de novo ao templo anunciar “ao povo todas as palavras desta Vida.” (At 5.20).

A desobediência dos apóstolos às autoridades, deve-se à ordem que o anjo do Senhor lhes dá,



depois da proibição das autoridades. Esta ordem do anjo, não tem um carácter subjectivo de opinião ou de interpretação, no sentido de poder ser posta em causa a aparição do anjo e assim a sua ordem. A ordem dada é acompanhada a da abertura da porta da prisão e da libertação dos apóstolos. A realidade desta intervenção divina, apressa os apóstolos a cumprir a nova ordem. Por isso lemos que “Tendo ouvido isto, logo ao romper do dia, entraram no templo e ensinavam” (At 5.21). É neste contexto que a afirmação “Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens” (At 5.29) é declarada.

Devemos notar que esta desobediência, apesar da intervenção de libertação do anjo, terá as suas consequências dolorosas para os apóstolos. Eles são açoitados, é-lhes ordenado que não falem no nome de Jesus (é claro que tal ordem não foi novamente acatada, cf. At 5.42) e são soltos. Note-se ainda que em vez de queixas ou lamentações pela injustiça cometida, os apóstolos saíram “do Sinédrio regozijando-se por terem sido considerados dignos de sofrer afrontas por esse Nome” (At 5.41).

O caso de Atos 5 relata a desobediência dos apóstolos às autoridades religiosas, porque estas estavam a proibir aquilo que o anjo, de forma bem específica, os tinha ordenado fazer.

Em contraste, Paulo escreve aos cristãos que viviam em Roma sob o domínio de Nero, e exorta-os a estarem sujeitos às autoridades (Rom 13.1-7). O argumento Paulino é que toda a autoridade procede de Deus e é instituída por Deus. Tal princípio seria fácil de aceitar se todas as autoridades lidassem com os cristãos de forma favorável aos valores, princípios e vontade dos cristãos. Contudo, Roma não era propriamente simpatizante do cristianismo do primeiro século. Como pode, então, Paulo, exortar os cristãos em Roma a sujeitarem-se a um governo humano hostil à sua missão de anunciar o evangelho? Uma explicação que tem sido dada baseada em Rm 13.4 (visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem) é que Paulo exorta a sujeição às autoridades num contexto em que Deus

prescreve às autoridades o que elas devem fazer e nós submetemo-nos a elas. Mas, se as autoridades não estão a agir de acordo com que os cristãos entendem o que é correto, então os cristãos devem desobedecer. Mas não é este o argumento de Paulo. Ao afirmar que toda a autoridade deriva da autoridade de Deus, Paulo está a seguir o mesmo princípio de Jesus quando respondeu a Pilatos: “Nenhuma autoridade terias sobre mim, se de cima não te fosse dada” (Jo 19.11). Pilatos fez mau uso da autoridade que Deus lhe delegou.

Deve então a minha obediência às autoridades ser incondicional? Não, se tivermos uma boa compreensão de Atos 5. Devemo-nos submeter até o ponto em que a obediência ao estado implicaria a nossa desobediência para com Deus. Mas se o estado ordena o que Deus proíbe, ou proíbe o que Deus ordena, então o nosso dever como cristãos é resistir, não nos submetermos, desobedecer ao estado a fim de obedecer a Deus. Somente quando uma lei particular humana contradiz o que a lei de Deus diz, haverá lugar para desobediência civil. Tal desobediência, contudo, deve demonstrar a nossa submissão a Deus e não um desafio à autoridade. E não devemos confundir as nossas tradições, desejos e anseios com o que Deus diz.

Devemos estar gratos a Deus pela liberdade que temos para o adorar, para pregarmos o evangelho e para ensinar outros a crescer em Cristo. Devemos estar gratos por podermos viver as nossas vidas de forma tranquila (2Tm 2.2). Devemos orar pelas nossas autoridades. Certamente haverá coisas que não gostamos. Que vão contra os nossos valores e princípios. Sim, temos liberdade para expressarmos o que cremos e até sugerirmos que aprovamos. Mas isto não é sinónimo de desobediência civil.

Só Deus é digno da nossa adoração. Somente a ele damos glória. Que os homens vejam as nossas boas obras e glorifiquem ao nosso Pai que está nos céus (Mt 5.16).

Dossier Bíblia, Igreja & Sociedade

Isolados num convento?

Uma reflexão em 2 Coríntios 6:14-18



Jónatas Duarte

Obreiro e Ancião na Igreja Evangélica no Silveiro

António, um jovem de apenas 20 anos, num ato resolutivo e consciente, decide vender tudo o que tem e doar o dinheiro aos pobres. Tendo feito isso, dirige-se para o deserto e encontra uma caverna solitária e isolada onde passaria o resto da sua vida, com um firme propósito em mente – o desejo de levar uma austera vida ascética, apartado da corrupção e imoralidade, dedicado à meditação, contemplação e santidade.

Estávamos no final do século III e longe estava ele de imaginar que seria o impulsor de um movimento que se estenderia por séculos, perdurando até aos dias de hoje. Após ele, muitos lhe seguiram o exemplo, fossem como eremitas, ou organizados em comunidades monásticas, pessoas como Basílio de Cesareia (330-379) no Oriente, ou Bento de Núrsia (480-543) no Ocidente, popularizaram o monasticismo como a mais digna reação do cristão devoto no seu relacionamento com uma sociedade (e igreja) decadente.

A sua reação foi a resposta à pergunta que a maioria das gerações de cristãos fazem, no seu tempo, contexto e história: *qual a natureza do meu relacionamento com o meio que me envolve? Como devo agir e reagir numa sociedade que se afasta grandemente dos desígnios de Deus, e onde prolifera a decadência moral? Devo procurar estar no centro de decisões na sociedade, isolado num convento, ou algo no meio?*

Como é lógico estas indagações não tiveram o seu início no cristão imerso no pós-modernismo – mesmo que assim o pareça, nem sequer no século III. O próprio apóstolo Paulo dissertou em várias ocasiões sobre o assunto, e é esse fator que nos transporta para a passagem de 2 Coríntios 6.14-7.1.

A igreja em Corinto cedo teve de lidar com a tensão descrita. A comunidade envolvente, à semelhança das grandes metrópoles do tempo, era um caldeirão atraente de paganismo hipersexualizado grego-romano. Paulo, na sua primeira carta a esta igreja, teve de confrontar casamentos com madrastas (cap.5), processos de irmãos perante juízes gentios (cap.6), relações sexuais livres (cap.7) e participações em banquetes dedicados a ídolos (cap.8, 10). A mesma pena que registava palavras sobre liberdade cristã, também exortava a uma vida de santidade, isto é, uma separação clara para uso exclusivo de Deus. Portanto, mesmo numa carta de tom mais suave e triunfante que a primeira, o apóstolo volta a esse mesmo tema da santidade para delinear bem o envolvimento cristão no tempo, espaço e cultura em que vive. Em primeiro lugar vemos um **chamado claro à distinção** (6.14-16a). *“Não vos ponhais em jugo desigual com os incrédulos”, diz Paulo. Este é um eco de passagens como “Não lavrarás com junta de boi e jumento.”* (Dt 22.10 ou mesmo Lv 19.19).

A lição é simples e fácil de entender. As

criaturas são tão diferentes em tamanho, temperamento, força e rapidez que juntá-los não iria resultar em bem algum, antes pelo contrário. Por isso Paulo reforça com cinco perguntas retóricas, com contrastes bem claros – justiça e injustiça, luz e trevas, Cristo e Maligno, crente e incrédulo, templo de Deus e templo dos ídolos; usando palavras como sociedade, comunhão, harmonia, união e ligação. O que há de comum entre eles? A resposta é nada!

Aquele que crê em Cristo não se torna uma melhor versão de si mesmo, mais religiosa ou moral, mas é feito um novo ser, uma nova criatura (2 Co 5.17), diferente de uma forma tão radical e profunda dos que não são filhos de Deus que se torna impossível “lavar o mesmo campo”. E esse é o chamado de Paulo, para que vivam essa distinção na prática.

Como cristãos somos pessoas diferentes, cremos em coisas diferentes, pertencemos a um (o) Deus diferente, adoramos de uma forma diferente. Isso torna certo tipo de alianças, compromissos, sociedades e empreendimentos, impossíveis e destrutivos. Não falamos só do relacionamento matrimonial (mas também), Paulo vai mais profundo. Tudo o que comprometer o testemunho cristão, tudo o que nos fizer vestir a canga pesada da impiedade, deve ser cortado. Isto envolve certas amizades, certos trabalhos, certas sociedades cuja influência sobre nós é maior do que a nossa sobre eles. É aqui que devemos parar e analisar a nossa vida. Qual a diferença entre o leitor e o seu meio? É visível a distinção? Ou assenta-nos bem a canga cultural? Se a única diferença entre o leitor e o seu colega de trabalho, vizinho ou familiar incrédulo são os 90 minutos que passa sentado numa igreja ao Domingo, essa diferença não é suficiente. É preciso romper com o jugo que carrega e tomar o jugo de Cristo (Mt. 11.28-30).

Mas isso significa, então, que António e os que se seguiram estavam certos? Afinal é necessário quebrar todo e qualquer laço com uma sociedade ímpia e decadente, isolando-me numa caverna ou convento? A resposta é um inequívoco não. Isto porque o mesmo apóstolo que apela à distinção, também nos lembra do ministério da reconciliação que temos (2 Co. 5.18-21) ou nos deixa igualmente o seu exemplo (1 Co. 9.19-23). Lemos um sublime relato histórico de como esta tensão era vivida entre os cristãos primitivos:

“Os cristãos, de facto, não se distinguem dos outros homens, nem por sua terra, nem por sua língua ou costumes. Com efeito, não moram em cidades próprias, nem falam língua estranha, nem têm algum modo especial de viver. Sua doutrina não foi inventada por eles, graças ao talento e a especulação de homens curiosos, nem professam, como outros, algum ensinamento humano. Pelo contrário, vivendo em casa gregas e bárbaras, conforme a sorte de cada um, e adaptando-se aos costumes do lugar quanto à roupa, ao alimento e ao resto, testemunham um modo de vida admirável e, sem dúvida, paradoxal.”¹

Por último, Paulo lista uma série de promessas, antes de repetir a exortação (7.1) que nos apontam **o caminho para essa distinção** (6.16b-18).

O segredo para ser diferente não é ter a diferença como objetivo final. Existem pessoas que naturalmente são do contra, outras que gostam de ser diferentes porque ser alternativo está na moda. Mas não é disso que Paulo está a falar. O caminho para a distinção não é buscar a não conformidade, mas precisamente o oposto – buscar a conformidade com algo diferente.

Aquele que alinha a sua vida com Jesus Cristo desalinha com tudo o que não é Cristo. Por isso Paulo lembra-nos que somos santuário de Deus (v.16b), que Ele habita em nós (v.17), que anda no meio de nós (v.17), que somos o seu povo e Ele o nosso Deus (v.17), que Ele é o nosso Pai (v.18).

À semelhança da analogia familiar, a parecença não faz o filho, mas é evidência da filiação. Ainda assim, quanto mais tempo e desejo o filho tem de estar com o Pai, mais a semelhança aumentará em interesses, valores e caminhos.

Queridos irmãos, o nosso chamado é claro. Somos santos que devem viver vidas santas, somos novas criaturas com um novo jugo, o de Cristo, diametralmente oposto ao jugo de impiedade, impureza e degradação da nossa sociedade. Isso não nos empurra na procura de um monte ou o deserto, mas faz com que quaisquer suspeitas de comprometimento dos valores cristãos devam ser radicalmente cortados, precisamente enquanto nos adaptamos *“aos costumes do lugar quanto à roupa, alimento e ao resto”*.

¹ Epístola de Diogneto 5:1-3



Dossier Bíblia, Igreja & Sociedade

Bons cidadãos no mundo... mesmo não sendo do mundo?

Uma reflexão em Lucas 20:20-26

O caso atual da família Mesquita-Guimarães (recusa da parte dos pais, dos filhos frequentarem a disciplina de Cidadania) constitui um excelente exemplo do complexo relacionamento dos cidadãos (cristãos incluídos) com as autoridades instituídas.

Muitos assuntos têm convocado a sábia ponderação da Bíblia, Cristo e o poder político desde o início do cristianismo: Presentemente, temos os mediáticos assuntos vinculados ao início e fim da vida humana (aborto e eutanásia, biotecnologias), a pena capital. Outros, de menos mediáticos, continuam na ordem do dia (políticas migratórias, obrigatoriedade da vacina, etc. numa frase podemos afirmar que a articulação entre César (autoridades) e Deus não tem sido linear e isenta de controvérsia.

Ora existe no registo dos Evangelhos uma cena que marcou para o resto da história humana essa faceta tensional, com a famigerada afirmação de Cristo, registada em Lucas 20:20-26:): **“Dai pois a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”**. Vamos considerar o texto e contexto desta afirmação e tecer algumas considerações relativamente à cidadania dupla que o cristão vivencia incontornavelmente no seu quotidiano.

PRESSÃO AO RUBRO EM Lucas 20:20-26

O nosso episódio tem uma particularidade sombria e funciona quase como um ponto de acumulação de crescente oposição e tensão, entre a pessoa de Cristo e as autoridades

religiosas, aliás, um denominador comum ao longo da narrativa do Evangelho de Lucas. O fluxo da narrativa contempla 3 vertentes que se intensificam ao longo da semana da Paixão.

Em primeiro lugar, notamos um crescendo, desde a entrada triunfal na cidade em termos de oposição, perseguição e intenções maldosas. A elite religiosa Não queria somente *enredá-lo* mas buscava efetivamente oportunidade **para o matar**, logo após a purificação do templo (19:47b) os principais sacerdotes, escribas e anciãos **“arrazoavam entre si”** (20:5), **“procuravam lançar mão dele”** (20:19a). Como Jesus tinha ganho a afeição, simpatia e admiração do povo conteve o seu intento, pois temia o povo e assim reorientaram os seus esforços contra Jesus **“para o apanharem em alguma palavra”** (20:20), no contexto de ensino diário no templo em Jerusalém.

Ademais, **No próprio dia, ocorre uma sucessão de interpelações ardilosas** suscitadas pelos oponentes de Jesus.

A questão relativa ao tributo a César, o nosso texto, (20:20-26) encontra-se no meio de duas outras incisivas interpelações. Logo no início do capítulo temos a indagação basilar em torno da autoridade de Jesus e no final é apresentada a pergunta sobre a ressurreição

Finalmente, sendo quarta-feira, no contexto da Semana da Paixão também se pode reconhecer, a **“contagem decrescente”** para a Hora crítica do ministério terreno de Jesus, pois Estamos a poucas horas de do início



**Nuno
Fonseca**

Professor e Ancião na Igreja
Evangélica em Lisboa
(Boas Novas)

efetivo de todo o processo de captura, prisão e julgamento, culminando finalmente no Calvário

Jesus encontra-se claramente envolvido nesse invólucro de grande desgaste, ansiedade e confronto,. O texto de Lucas 20:20-26 é um autêntico vórtice na narrativa dos derradeiros acontecimentos da semana última da vida de Cristo

Armadilha quase perfeita

A pergunta sobre a licitude pagar tributo a César seria, à partida, **uma armadilha quase perfeita** formulada por um comité de espias num ambiente **repleto de ironia hipócrita**.

Ao questionar explicitamente se se era lícito dar o tributo a César, exigiria apenas uma de duas curtas respostas possíveis: sim ou não.No entanto, O tema era fraturante e delicado em termos sociais, dado o contexto histórico-cultural vivido na época em Jerusalém: em suma, o pagamento de impostos cristalizava o peso simbólico vinculado ao domínio invasor e opressor, e era prova da máquina de extorsão de um povo, idólatra e cruel sobre o povo escolhido de Deus

Por um lado, se Jesus respondesse afirmativamente, além da enorme impopularidade de tal posicionamento, os judeus em geral não considerariam-no como traidor, o *grande Padroeiro dos odiados publicanos* Além disso, a ala mais ortodoxa do judaísmo não hesitaria em acusá-lo de heresia, sucumbindo à veneração de outro deus, infringindo alegada e diretamente os dois primeiros mandamentos do Decálogo.

Por outro lado, **se Jesus respondesse que os judeus não** deveriam pagar impostos, as autoridades romanas o prenderiam de imediato, pois estaria a incitar e legitimar uma sedição

Ora portanto o pagamento de impostos não tinha somente um recorte de opressão e autoridade financeira sobre os povos, mas remetia para a questão religiosa, onde se reconhecia a divindade singular do imperador e por isso merecia culto e obediência.

A questão direta deixava Jesus entre a “espada e a parede”, “sobre um arame sem rede” (); isto é, entre ser acusado de ser um herege traidor,ou um agitador revolucionário.

Porém, desde sempre conhecendo a sua astúcia, num contra golpe pedagógico e notável, inesperadamente solicita uma moeda.

Assim, Num passe de génio pedagógico e didático, Jesus, não fugindo declaradamente ao repto ficou “acima” de tal questão, gorando as pretensões dos inimigos.

Jesus pedindo uma moeda e coloca ele agora uma questão trivial: de quem era a inscrição e a efígie gravadas na moeda? E eles responderam: De César. Após isso, Jesus remata o diálogo , deixando em silêncio os seus interlocutores: *Dai pois a César, o que é de César, e a Deus, o que é de Deus.*

Dar a César o que é de César

A primeira parte da afirmação de Jesus tinha sido clara de que Ele não estava a apelar senão outra conduta que não fosse o pagamento, a devolução a César daquilo que lhe é pertença própria.

Na verdade, o pagamento do tributo legitimado por Cristo está alinhado com os ensinamentos tradicionais do NT relativos ao relacionamento entre o cristão e o governo civil (Rm 13:1-7 e 1 Pd 2:13-17)

- A autoridade civil é estabelecida por Deus, pelo que é necessário pagar os impostos devidos. Como princípio, o Estado deve ser respeitado e as suas diretrizes consideradas.

A sujeição e colaboração requeridas aos cidadãos em relação às autoridades, comporta o direito e às vezes o dever, duma justa reclamação, dentro dos limites definidos pela lei natural e conforme o Evangelho quando estiver em causa princípios maiores .Em limite, o cidadão cristão está obrigado a não seguir as prescrições quando estas conflituam com a ordem moral divina, pois como afirma o conhecido verso em Atos “deve-se obedecer antes a Deus que aos homens” (At 5:29).

Enquanto escrevo estas palavras recebo a notícia merecida d que Aristides Sousa Mendes irá para o panteão nacional, devido à sua intervenção em prol da vida de milhares de judeus durante a 2GG, tendo desobedecido a Salazar - “Só posso agir como cristão”, como me dita a consciência”, afirmou Aristides.

Não é de modo algum fácil e imediato definir com clareza as linhas que definem a fronteira a partir da qual uma “prescrição” emanada pela autoridade civil é injusta e merece assim ser combatida ou mesmo liminarmente desobedecida. Por isso **DISCERNIMENTO E PRUDÊNCIA** são dois elementos chave que devem estar envolvidos no processo analítico e deliberatório, particularmente num período histórico onde o Estado (César) se arroja e pressiona o cidadão na própria definição da sua filosofia e opções de vida.

Quando osPosicionamentos emanam<somente de impulsos ou paixões particulares ou são processados sem contemplar a variedade e complexidade das diferentes matizes envolvidas, não serão certamente a resposta mais sábia e pertinente para os atuais desafios contemporâneos que hoje enfrentamos na encruzilhada acinzentada e mista da vivência cristã. **Assim não procedendo estaremos mais propensos a caminhar em areias movediças que efetivamente imobilizam ou confrangem o próprio testemunho cristão perante os atores sociais.**

DAI A DEUS O QUE É DE DEUS

A segunda parte da afirmação de Jesus já não foi tão linear e compreensiva para os ouvintes.

A pergunta que ajuda a descortinar o intento pedagógico de Cristo é: Na ordem cósmica, que coisa existe da qual se possa dizer que a imagem é de Deus? Unicamente o ser humano (Gn 1:27) Assim, se devolvemos a moeda que tem a imagem de César num das faces, por maioria de razão a fortiore, devemos, em muito maior escala e intensidade, dado que fomos criados à imagem de Deus, dedicar todo o nosso ser ao Criador. aquele que traz a imagem de Deus, pertence plena e cabalmente a Deus. Todo o judeu sabia que só a Deus é que devia adorar e prestar obediência total.

Se a um imperador terreno, limitado e fraco, pecador e mortal, são devedores em retornar aquilo que lhe pertence, insignificante pedaço de prata corruptível, baixo e finito quanto mais, quão muitíssimo mais estão exponencialmente acometidos com o desafio interpelante de entregar toda a vossa vida, ao Senhor do Universo. O Senhor de tudo quer sobretudo que pertençamos a Ele.

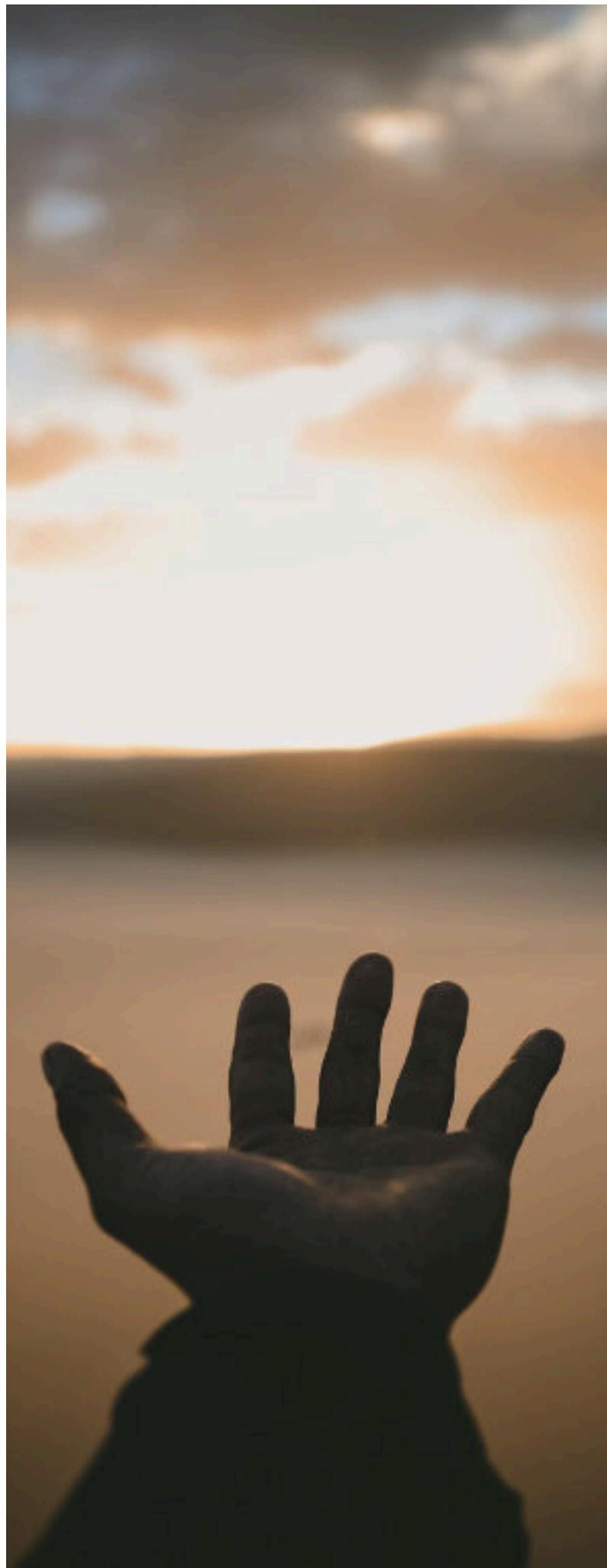
A Deus deve ser dado aquilo que Lhe pertence, a nossa vida na sua inteireza e amplitude (mente emoções, valores e vontade) Dar a Deus o que é de Deus é lembrar continuamente a exortação do Shemá

Considerações finais:

A meio da semana fatídica, no interior do templo de Jerusalém, estava Jesus, perante o povo, os seus discípulos e de frente dos seus oponentes; Ele era ali, perante todos, a imagem expressa do Deus vivo (Jor:18; Cl 1:15). Ele era o Messias prometido, o Soberano Excelso do Universo e cuja semelhança seria o desafio ímpar do verdadeiro Caminho de Deus e para Deus.

Ele era a singular revelação de quem Deus é e a máxima expressão de como o homem deveria ser, à luz do reto padrão divino. Portanto, Cristo era merecedor de toda a lealdade e consagração. Tal como no primeiro século, hoje incorporamos uma cidadania dupla que decorre do estatuto inerente à condição de cidadão de um determinado Estado e ao estatuto de cidadão do Reino de Deus. Ambas podem e devem coexistir. Partindo da primazia ao Soberano Maior, não estamos isentos de sujeição e cumprimento dos deveres "impostos" sobre a nossa vida. Essa jornada tensa será enriquecida com a restauração da Imago Dei, contemplando e imitando o único ser que espelhou esse resplendor - Jesus Cristo

Com base no teor da sábia resposta de Jesus, deixa de haver espaço para um pseudo escrúpulo religioso que despreze os compromissos inerentes a ser um cidadão cumpridor e íntegro, mas também critica a acéfala e sorridente vivência cívica sem qualquer ponderação e análise cuidada, alheia ao escrutínio de uma Lealdade Superior e Normativa sendo o povo do "Caminho" (At 2:9). É nessa dinâmica que o exercício da cidadania dupla do cristão se move e se aprimora, visando sempre a glória do único Altíssimo suserano. Criados à imagem e semelhança de Deus para Ele devemos retornar num espírito de gratidão e alegria, independentemente da nossa situação socio-profissional, em toda a jornada da efémera e da peregrinação cristã.



Dossier Bíblia, Igreja & Sociedade

Riqueza é sinónimo de maldição?

Uma reflexão em Tiago 5:1-6

O dinheiro, ao longo dos séculos, tem sido tratado ora como uma divindade, ora como um demónio. Se, por um lado, a humanidade busca incessantemente mais e mais dinheiro vendo nele a razão para se ser feliz e ter uma vida estável, por outro, temos visto os crimes mais vis por causa desse mesmo dinheiro. Em Portugal, devido a uma cosmovisão tradicionalmente católica romana, crescemos¹ a ouvir sobre os grandes feitos de uma Teresa de Calcutá e somos ensinados a valorizar e admirar aqueles que se entregaram voluntariamente à pobreza como *modus vivendi*. Para nós portugueses, a pobreza ainda é vista como *virtude real*² conforme dizia Francisco de Assis na sua Regra Bulada nº6:

“Os frades de nada se apropriem, nem casa, nem lugar, nem coisa alguma. E como peregrinos e forasteiros neste século, servindo ao Senhor em pobreza e humildade, vão por esmola confiadamente, e não devem envergonhar-se (...) Esta é aquela eminência da altíssima pobreza que vos constituiu, caríssimos irmãos meus, herdeiros e reis do reino dos céus”³

Devemos reconhecer que muitas vezes a nossa tradição católica romana – falo de forma geral – ainda tem influência sobre a nossa cosmovisão e entendimento do que significa ser temente ao Senhor, um servo dedicado à obra e ter uma vida piedosa. Mas, será esta uma visão bíblica sobre o

relacionamento do cristão com o dinheiro? Pela Escritura creio que não. Se é correto afirmar que Nosso Senhor Jesus Cristo se fez pobre e viveu em humildade até a nível financeiro, não é menos verdade que Deus usou homens ricos, dos mais ricos e abastados da sua época. Pensemos por exemplo em Abraão, Jó, Salomão. Não vemos na Escritura qualquer relação quantitativa entre riqueza material e bênção espiritual⁴. Se defendemos uma teologia da prosperidade, estamos errados. Mas, se por outro lado defendemos a pobreza como virtude e sinal de uma piedade mais elevada, continuamos errados.

A pergunta continua em cima da mesa. Serão as riquezas deste mundo uma maldição? A minha resposta à luz do ensino da Escritura é que não. O dinheiro em si é algo inócuo, sem capacidade por si só de fazer o bem ou o mal. A mesma nota de cinquenta euros poderá servir para apoiar a necessidade de alguém ou para subornar alguém. O grande problema dos bens materiais, a sua grande maldição não está nessas coisas, mas no nosso coração. É aí meu amigo, no meu e no teu coração que está a verdadeira maldição. Como Jesus disse, *“Porque de dentro, do coração dos homens, é que procedem os maus desígnios, (...), a avareza, as malícias, o dolo, a lascívia, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a loucura. Ora, todos estes males vêm de dentro e contaminam o homem.”* (Marcos 7:21-23). Por ser um problema de coração, o problema do dinheiro não é



Pedro Lopes

Obreiro e Ancião na Igreja
Evangélica na Gafanha
da Nazaré

¹ Refiro-me à população portuguesa em geral.

² Termo usado pelo Padre Alain Dumont em: www.aleteia.org.

³ Assis, F. (13 de 11 de 2021). Ordo Fratrum Minorum Capuccinorum. Obtido de www.ofmcap.org. Quando falamos de voto de pobreza não estamos a falar de viver na miséria. Devemos manter a distinção entre a miséria (sofrer por falta dos bens de primeira necessidade) e a pobreza no sentido de decidir viver somente das necessidades da vida. Obtido em: <https://pt.aleteia.org/cpi/2021/03/12/o-que-e-a-pobreza-enquanto-virtude-interior/>.

⁴ Biéler, A. (1990). O Pensamento Económico e Social de Calvino. Sao Paulo: Cada Editora Presbiteriana, p.414.



unicamente dos ricos, mas de todos. O puritano Richard Baxter disse acertadamente “*A pobreza também tem as suas tentações. Pois mesmo os pobres podem angustiar-se com o amor àquela riqueza e abundância que nunca alcançam.*”⁵

Para termos uma visão correta sobre a riqueza e a administração da mesma, sem endeusamento ou demonização, precisamos de olhar para a Palavra. Olhemos para o texto de Tiago 5:1-6. Tiago escreve bem ao estilo de um profeta do Antigo Testamento, lançando palavras de juízo. Preste atenção, nada é dito sobre a riqueza, mas tudo sobre os ricos. É sobre eles que cai a maldição. O ponto não é, e nunca foi, ter dinheiro. O ponto principal do problema das riquezas é o coração que serve essas mesmas riquezas. O problema daqueles ricos não eram as suas posses, mas um coração ganancioso que os levou a um estado de condenação. Não é o brilho do ouro que nos condena, mas o brilho dos nossos olhos quando contemplam o ouro; “se, porém, os teus olhos forem maus, todo o teu corpo estará em trevas.” (Mateus 6:23). Quero insistir neste ponto, porque é a partir daqui que surgem os mal-entendidos. O apóstolo Paulo foi bem claro ao afirmar que “os que querem ficar ricos caem em tentação...” (1Timóteo 6:9). Não é ser rico, mas ter essa meta como propósito de vida que leva o homem a perder-se. É o seu amor ao dinheiro, a sua ganância, insatisfação e descontentamento com o que tem, que leva o homem à perdição.

Tendo o texto de Tiago como base da nossa reflexão, em poucas linhas quero partilhar com o leitor algumas verdades que precisamos de recordar diariamente se queremos usar o nosso dinheiro *para a glória de Deus e bem dos outros.*⁶

A primeira verdade que aprendemos é que as riquezas não nos servirão para sempre (v.1-3). O julgamento proferido por Tiago alerta claramente para a verdade de que o dinheiro não dura para sempre. Ele vem, e ele vai. O coração avarento e ganancioso olha para a riqueza como se ela fosse durar para sempre. Vê nela a fonte da sua alegria, contentamento e segurança. O coração ganancioso olha para o aqui e agora e despreza a eternidade. O coração do rico tem a tentação muito própria de cair no orgulho e na autossuficiência por causa das suas posses (2Timóteo 6:17). Se queremos aprender a olhar para o dinheiro e as posses corretamente, precisamos de entender que não podemos confiar nem depositar nossa esperança na “instabilidade da riqueza”. Tragicamente, todos aqueles que depositam a confiança nas suas

posses, um dia perceberão que as riquezas deste mundo desaparecem, o seu valor desvanece e nada mais resta. Como diz o sábio Salomão, “as riquezas não duram para sempre...” (Provérbios 27:24). Se queremos glorificar a Deus com o nosso dinheiro, a primeira coisa a perceber é que os bens deste mundo têm um valor e uma aplicação temporária e limitada às coisas ordinárias desta vida e que nada poderão fazer pela nossa salvação e eternidade. Como diz Salomão “Quem confia nas suas riquezas cairá” (Provérbios 11:28). Lembro que esta verdade é para todos. O rico não deve confiar na riqueza, e o pobre não deve almejá-la como se ela fosse solucionar os seus problemas mais profundos.

A segunda verdade que aprendemos é sobre o modo como adquirimos a nossa riqueza. Não há problema nenhum em procurar um trabalho mais bem remunerado ou fazer algum investimento para aumentar o nosso capital. O ponto principal é: toda a nossa riqueza, todos os bens que possuímos devem ser adquiridos de forma justa, lícita e honrosa. O problema daqueles ricos, a sua ganância, evidenciou-se pela forma como eles aumentaram os seus rendimentos (v.4). Um dos sinais do avarento é que ele vai querer enriquecer de qualquer forma. Aqui é através da injustiça praticada contra os trabalhadores. Eles retinham os seus salários como meio de enriquecimento; “Os seus olhos e o seu coração não atentam senão para a sua ganância” (Jeremias 22:17); “*Ai daquele que edifica a sua casa com injustiça e os seus aposentos, sem direito! Que se vale do serviço do seu próximo, sem paga, e não lhe dá o salário*” (Jeremias 22:13). Da mesma forma, cada um de nós mostra a ganância do seu coração pelo modo como procura aumentar os seus rendimentos. Se nos esquivamos de pagar os nossos impostos, se nos aproveitamos da necessidade do outro para pagar um salário mais baixo, se entramos em negócios obscuros ou se usamos de informação falsa para obter benefícios fiscais ou apoios sociais, a pergunta que se levanta é – A quem servimos nós? Quem é de facto o nosso Senhor, Jesus ou Mamon?

A terceira e última verdade que devemos reter, é sobre o uso do nosso dinheiro (v.5-6). A palavra grega *tryphaō* (v.5) marca o tom da conversa.⁷ Tiago acusa aqueles homens de usarem as suas posses de forma totalmente egoísta. Além disso, usavam os seus recursos para suborno e corrupção do próprio sistema judicial (v.6). Realmente não há nada de novo debaixo do sol. O ponto central para nossa reflexão é sobre o

⁵ Richard Baxter citado em: Ryken, L. (2013). *Santos no Mundo: os puritanos como realmente eram*. São José dos Campos: Fiel, p. 118.

⁶ Edward Browne citado em: Ryken, L. (2013). *Santos no Mundo: os puritanos como realmente eram*. São José dos Campos: Fiel, p. 127.

⁷ Gr.: Τρυφάω (*tryphaō*) – viver a vida no luxo, geralmente acompanhado de desregramento no comer e beber. Louw, J. P., & Nida, E. A. (2013). *Léxico Grego-Português do Novo Testamento baseado em domínios semânticos*. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, p. 684.



modo como temos usado o nosso dinheiro. Se o Senhor nos colocou numa posição de riqueza e abundância, temos servido a Deus e aos outros com os nossos recursos, ou vivemos também entregues ao exagero? Vivemos para nós mesmos, para os nossos luxos, ou temos sido canal de bênção para outros? Que auxílio temos prestado aos mais necessitados? Temos investido na vida de outros para levar o Evangelho aos perdidos? Quando segamos a messe na nossa terra, como ficam os cantos? Ainda há sinais de idolatria, avareza ou ganância na forma como usamos o nosso dinheiro? Se o Senhor nos abençoou com bens e riquezas, façamos bom uso desses mesmos bens. Fazemos bem em ouvir John Wesley quando diz:

*“No presente estado da humanidade, o dinheiro é uma excelente dádiva de Deus, correspondendo aos mais nobres fins. Nas mãos de seus filhos (a alimentação do faminto, a bebida do sedento, o vestuário dos nus: dá ao viandante e ao peregrino lugar sobre que descansa a cabeça. Por meio dele podemos suprir à viúva a falta de seu marido e aos órfãos a falta de seu pai. Por meio dele podemos ser defesa do oprimido, remédio do enfermo, consolação do aflito; pode ele ser olhos do cego e pés do amputado) sim, pode ser uma libertação das portas da morte. É, portanto, da mais alta importância que todos os que temem a Deus saibam como empregar esse valioso talento”.*⁸

Como diz Latimer “Enviando riquezas, Ele [Deus] enviará homens pobres para serem ajudados por ela”.⁹ E Calvino diz:

*“Nada possuo senão da mão de Deus; e onde haja eu de ver a falta ou indigência, impõe-se que, segundo a minha possibilidade, socorra eu aos que se acham em necessidade. (...) Se desejamos que Deus seja glorificado em todos os bens que nos deu, que desta regra usemos, que ninguém seja tido como separado, antes, pelo contrário, que saibamos que Deus misturou os ricos e os pobres, uns por entre os outros, a fim de que tenhamos ocasião de fazer o bem.”*¹⁰

Por último ouçamos as Escrituras:

“Quando entre ti houver algum pobre de teus irmãos, em alguma das tuas cidades, na tua terra que o Senhor, teu Deus, te dá, não endurecerás o teu coração, nem fecharás as mãos a teu irmão pobre; antes, lhe abrirás de todo a mão e lhe emprestarás o que lhe falta, quanto baste para a sua necessidade. Guarda-te não haja pensamento vil no teu coração, nem digas: Está próximo o sétimo ano, o ano da remissão, de sorte que os teus olhos sejam malignos para com teu irmão pobre, e não lhe des nada, e ele clame contra ti ao Senhor, e haja em ti pecado. Livremente, lhe darás, e não seja maligno o teu coração, quando lho deres; pois, por isso, te abençoará o Senhor, teu Deus, em toda a tua obra e em tudo o que emprenderes. Pois nunca deixará de haver pobres na terra; por isso, eu te ordeno: livremente, abrirás a mão para o teu irmão, para o necessitado, para o pobre na tua terra.” (Deuteronómio 15:7-11)

E para que ninguém pense que é só lei do Antigo Testamento, o apóstolo João volta a trazer o mesmo princípio para nós:

“Ora, aquele que possuir recursos deste mundo, e vir a seu irmão padecer necessidade, e fechar-lhe o seu coração, como pode permanecer nele o amor de Deus?” (1João 3:17)¹¹.

Prezado leitor, como tem administrado os seus bens? Colocando as nossas posses e riquezas no devido lugar; adquirindo-as segundo os princípios das Escrituras, de forma justa, lícita e honesta; usando-as como bons mordomos de Deus neste mundo, fazendo dos outros participantes da bênção material que Deus nos deu; a riqueza não será uma maldição, pelo contrário, será uma bênção para nós, para o próximo, e uma glória para o nosso Deus.

⁸ Sermão de John Wesley sobre Lucas 16:9. É neste sermão que Wesley ensina as três regras para o uso do dinheiro: “Ganha o mais que puderes, poupa o mais que puderes e doa o mais que puderes”.

⁹ Ryken, L. (2013). *Santos no Mundo: os puritanos como realmente eram*. São José dos Campos: Fiel, p. 111.

¹⁰ Biéler, A. (1990). *O Pensamento Económico e Social de Calvino*. Sao Paulo: Cada Editora Presbiteriana, p.419.

¹¹ Ver também Isaías 58:6-8; Provérbios 21:13; Tiago 4:17.



Palmeiro Barros

Médico e Pastor no Centro Bíblico da Feira

Dossier Bíblia, Igreja & Sociedade

Relacionamentos profissionais saudáveis?

Uma reflexão em Efésios 6:5-9

O princípio da ordem

Há um princípio basilar que atravessa as Escrituras: a ordem instituída por Deus. Vem na Criação, surgindo após o caos, quando “havia trevas sobre a face do abismo, e o Espírito de Deus pairava por sobre as águas”, aguardando o irromper solene da Palavra, para então materializar o que era ordenado, à medida que a voz de Deus soava determinando cada detalhe da obra a ser criada.

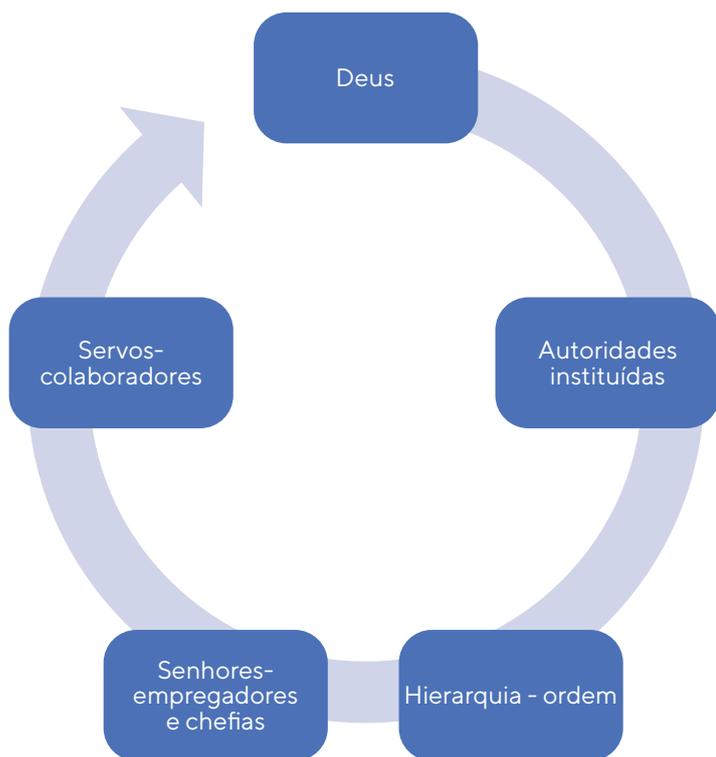
Este mesmo princípio de ordem rege a Lei do Velho Testamento, as mensagens dos profetas, o cumprimento de cada profecia – no tempo certo, pela ordem certa – a obra perfeita de Cristo, o funcionamento da igreja e o exercício dos dons espirituais (“Tudo, porém, seja feito com decência e ordem.” – 1 Coríntios 14:40) e, por fim, a Revelação do que há de vir.

A atividade profissional do cristão

O mesmo princípio de ordem está subjacente à atividade profissional dos cristãos. Para que a sociedade, a família, as instituições e os locais de trabalho funcionem de forma organizada existem hierarquias, diferentes posições no local de trabalho, cada uma com o seu valor intrínseco que, em cooperação e respeito mútuo, desempenham funções diversificadas,

como os dedos de uma mão, tendo em vista um bem maior – alcançar os objetivos pré-definidos, atingir o alvo, agarrar o sucesso.

Como cristãos, a nossa atitude deve ser a de colaboradores atentos e dedicados, que entram no local de trabalho, diariamente, não para complicar, mas para facilitar a vida dos outros. Nós somos o óleo da engrenagem – o Espírito Santo de Deus, em nós, deve produzir o fruto que lhe é inerente. Nós somos a luz que dissipa as trevas e quem nos conhece espera que, de facto, o nosso contributo se destaque, por exemplo, chegando com uma boa disposição, brilhando com um otimismo prudente, defendendo pontos de vista bem fundamentados, sofrendo o agravo, se for necessário, para manter a paz. O papel do cristão no trabalho deve ser o de pacificador. É o colega que defende as causas nobres e que se “levanta a favor dos mudos” (Provérbios 31:8), dos que são menos considerados e menos atendidos. As suas palavras podem ser ouvidas pelos seus superiores. Não mente nem calunia. Não tem nada a esconder. Não trabalha menos quando o seu superior hierárquico se ausenta, porque tem a consciência de que o Senhor tem os olhos postos nele em todo o tempo e em todos os lugares do seu local de trabalho.



Se o cristão está numa posição de chefia, não deve esquecer-se de que existem outros níveis hierárquicos acima dele e, em última análise, o próprio Deus, que instituiu a autoridade, o Senhor a quem todas as contas devem ser prestadas.

O caráter do cristão deve fazer dele a pessoa que todos desejam ter na sua equipa de trabalho. Em caso de ocupar um cargo elevado, tendo outros debaixo da sua autoridade, deve ser a pessoa para quem qualquer um gosta de trabalhar, simplesmente porque reflete algo da genuína bondade e graça do Senhor Jesus Cristo. É a pessoa que os outros procuram nos momentos mais difíceis da vida particular ou laboral, porque sabem que é digno de confiança e nele encontrarão compreensão e conselhos úteis.

O cristão não será encontrado a sufocar e sobrecarregar os seus colegas com trabalho extra, acima das forças e capacidades razoáveis de qualquer pessoa. É incapaz de humilhar os seus subalternos ou de ser injusto nos salários, nos benefícios a conceder ou em qualquer outro âmbito. Não é parcial na apreciação de casos problemáticos e usa as palavras com a sabedoria que vem da sua comunhão diária com o Senhor. Não recorre a ameaças para conseguir que o trabalho seja concluído a horas, mas em vez disso, reconhece o esforço alheio e incentiva os outros com palavras de apreciação sincera. Não faz de si mesmo o centro da empresa, da secção ou da instituição, mas procura sempre o bem de todos. O cristão sabe que “cada um, se fizer alguma coisa boa, receberá isso outra vez do Senhor, quer seja servo, quer livre” (Efésios 6:8) – como se fosse atingido por um bumerangue de justiça – portanto, trabalha respeitando a autoridade, contribuindo para a ordem e permanecendo no temor do Senhor.



Dossier Bíblia, Igreja & Sociedade

Tolerância e convicções

Uma reflexão em Romanos 15:1-13


Tiago Alves

 Informático e Ancião na
Igreja Evangélica na
Pampilhosa


À primeira vista, o apóstolo Paulo aparece na Bíblia como alguém repleto de contradições. Ele apresenta-se ao mesmo tempo como livre e escravo (1Cor 9:19), judeu e gentio (1Cor 9:20-21), forte e fraco (2Cor 12:10). Circuncidou Timóteo para pregar aos Gálatas (At 16:3), a quem disse depois para não se deixarem circuncidar (Gl 5:2). Era o apóstolo dos "entranháveis afetos" (Fil 2:1), mas desejou sarcasticamente que uns quantos se castrassem (Gl 5:12). O que dizer então de Paulo? Seria um louco? Estaremos perante um caso de síndrome de personalidades múltiplas? Nada disso! Como iremos ver, todos estes opostos se conjugam perfeitamente como duas faces diferentes de uma mesma moeda.

Nós, que somos fortes

No início do capítulo 15 da carta aos Romanos, Paulo escreve "Ora nós, que somos fortes, devemos suportar as fraquezas dos fracos, e não agradar a nós mesmos.". Imediatamente somos obrigados a perguntar "quem são os fortes?" e também "quem são os fracos?". O capítulo anterior esclarece-nos em relação aos fracos. Em Romanos 14 podemos ver que estes fracos seriam irmãos cujas consciências ainda os mantinham presos a tradições relativas à carne que poderiam ou não comer (14:2) e à observação do calendário judaico (14:5). Seriam, por isso, cristãos convertidos do judaísmo que ainda precisariam de mais algum tempo até terem a maturidade suficiente para gozar toda a liberdade que o Evangelho de Cristo traz. No entanto, estas hesitações seriam questões menores, em nada comparáveis com as doutrinas judaizantes que vemos Paulo combater de forma assertiva e consistente por todo o seu ministério. Em relação a estes irmãos fracos, Paulo diz-nos que devem ser acolhidos (14:1) e suportados (15:1) em vez de criticados (14:1), desprezados (14:10) ou julgados (14:10). Afinal, estes irmãos estão apenas a fazer aquilo que acham que é o correto (14:5) com o objetivo sincero de agradar ao Senhor (14:6).

Paulo, no entanto, inclui-se no grupo dos fortes (15:1) e em parte alguma aponta para os fracos como o exemplo a seguir. E nós? Como podemos ser imitadores de Paulo neste "clube dos fortes"? Em primeiro lugar, os fortes são os que suportam os

fracos. Aqui, "suportar" significa tolerar o nosso irmão que ainda não atingiu a maturidade espiritual. Por vezes implica aceitar o prejuízo, sofrer, dar a outra face. Paulo não se fica por meias medidas e aponta para o exemplo máximo: Jesus Cristo (15:3)! O que é o sacrifício de deixar de comer um prato de carne (14:21) comparado com o sacrifício de Jesus? Não é possível sequer colocar estas duas coisas na mesma balança. O nosso Salvador nunca procurou agradar a si mesmo embora fosse digno de toda a honra e toda a glória. O Verbo eterno passou fome (Mt 4:2), sede (Jo 4:7), cansaço (Jo 4:6), abandono (Mt 26:74), o escárnio (Mt 27:29), a dor (Mt 27:26) e por fim a morte (Mt 27:50). A "comida" de Jesus era fazer a vontade do Pai (Jo 4:34). O que nos pode custar a nós o incômodo dos fracos quando Jesus morreu pelos fracos (Rom 5:6)?

O ensino de Paulo de que os fortes devem suportar os fracos soa como um eco de Jesus quando este disse que quem quiser ser o primeiro teria que ser o servo (Mc 4:43-44). A verdade é que esta lógica do Reino de Deus não faz sentido num mundo que confunde hierarquia com valor. O problema surge quando irmãos tentam trazer a lógica do mundo para a Igreja. Estes preocupam-se em primeiro lugar com coisas como: ganhar argumentos teológicos, defender a sua honra, ou manter uma imagem imaculada perante os outros. Mal sabem eles que Paulo iria incluí-los no grupo dos fracos.

Atenção! Devemos fazer tudo para agradar o nosso irmão, mas com uma muito importante ressalva: apenas no "que é bom para edificação" (15:2). A orientação aqui não é deixar passar tudo, mesmo o que claramente vai contra o crescimento espiritual do próximo. Todos nós estamos na mesma caminhada rumo à santificação, ainda que a velocidades diferentes. Não devemos deixar ninguém para trás, nem, ainda pior, deixar correr no sentido contrário.

Para nosso ensino foi escrito

No verso 4, Paulo dá outra pista para obter força: "a constância e consolação provenientes das Escrituras" (15:4). Na Palavra de Deus encontramos o seu Autor a cumprir profecias, exercer a Sua soberania, e ultimamente a trazer Justiça. Tudo isto leva-nos a pensar mais no que é eterno e menos em nós mesmos. Debruçar sobre as Escrituras é também o que nos dá a capacidade para obedecer-lhes. Uma leitura bíblica superficial, literal e que ignora o contexto pode levar a um de dois erros: uma submissão farisaica à letra ou uma rejeição completa da Bíblia. Precisamos deixar as Escrituras interpretar as Escrituras, e isto não é possível fazer sem um bom compromisso com a Palavra de Deus. Pessoalmente, parece-me também que quanto mais estudo a Bíblia, mais fortes são as minhas convicções em relação ao que é essencial na fé, enquanto que o que é acessório perde importância. Prefiro deliciar-me com o profético Salmo 22 a discutir o supralapsarianismo.

Doas faces da mesma moeda

Tolerância e Convicção não são opostos. Também não estão em pratos diferentes da balança de forma a que quando temos mais Tolerância vamos ter menos Convicção (e vice-versa). São duas faces da mesma moeda sendo que quando a Convicção cresce, a Tolerância também cresce! Segundo Paulo, os fortes, ou seja, os que melhor imitam Cristo, que estão mais firmados nas Escrituras e estão mais convictos da sua fé, serão também os mais capazes de tolerar os irmãos mais fracos. Que o Senhor levante homens e mulheres verdadeiramente fortes nas nossas igrejas "para que unânimes, e a uma boca, glorifiquéis ao Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo" (15:6).



A Páscoa que Jesus celebrou

(3ª parte)

No segundo ato do Seder, Jesus deve ter passado o segundo cálice, que simbolizava a libertação dos hebreus do Egito. De acordo com o rito estabelecido para o Seder, Jesus deve ter explicado o significado da Páscoa aos discípulos (Êxodo 12, 14). Logo após, devem ter sido entoados cânticos de louvor a Deus (Salmos 113 e 114) e, em seguida, o cordeiro deve ter sido servido. Jesus deve ter lavado as mãos para dividir e distribuir os pães que deveriam ser comidos junto com o cordeiro.

Antes do término da segunda parte do Seder, Jesus interrompe a cerimônia para informar que seria traído, como descrito em Mateus 26, 21 (ARC): “E enquanto eles comiam, disse: Em verdade vos digo que um de vós há de me trair.” A interrupção de Jesus faz com que Judas deixe o cenáculo, não somente para que ele cumprisse o que estava determinado no plano divino da redenção, mas também para que Jesus pudesse ficar só com os onze apóstolos. Após a saída de Judas (João 13, 3), Jesus retoma a celebração pascal, modificando o rito do Seder e o significado pascal.

A mudança empreendida por Jesus foi significativa. Quando da saída de Judas, Jesus deveria ter iniciado o terceiro ato do Seder pascal, por meio da passagem do terceiro cálice

(o cálice da redenção e da bênção). Após a passagem do cálice, se seguiria um momento de louvor a Deus um momento de louvor a Deus. Ao invés disso, Jesus altera o rito do Seder, para dar um novo significado tanto ao terceiro cálice pascal como ao pão distribuído na cerimônia, como registrado por Mateus.

Mateus 26, 26-28 (ARC):

“26 Enquanto comiam, Jesus tomou o pão, e, abençoando-o, o partiu, e o deu aos discípulos, e disse: Tomai, comei, isto é o meu corpo. 27 E, tomando o cálice e dando graças, deu-lho, dizendo: Bebei dele todos. 28 Porque isto é o meu sangue, o sangue do Novo Testamento, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados.”

Ao invés de passar o terceiro cálice, Jesus distribui pão aos discípulos, informando-lhes que o pão que eles comeriam simbolizava o seu corpo. Em seguida, Jesus passa o cálice e diz aos discípulos que o vinho nele contido simbolizava uma nova e eterna aliança entre Deus e os homens, pactuada mediante o sangue do Filho de Deus, derramado para a remissão dos pecados. Obviamente, os discípulos foram surpreendidos com os atos praticados por Jesus e por suas palavras. A condução da cerimônia



**Hendersen
Neumann**

Obreiro na Igreja Evangélica
em Coimbra

⁶ Êxodo 12, 14 (ARC): “E este dia vos será por memória, e celebrá-lo-eis por festa ao Senhor; nas vossas gerações o celebrareis por estatuto perpétuo.”



pascal realizada por Jesus foi completamente diferente daquilo que eles estavam habituados a praticar desde a infância.

Por intermédio de Jesus, a antiga aliança entre Deus e o povo hebreu, realizada no Monte Sinai após a libertação do Egito, que demandava o cumprimento da legislação outorgada por Deus através de Moisés, veio a ser substituída por uma nova e eterna aliança entre Deus e o seu povo, baseada na graça e no sacrifício substitutivo de Jesus na cruz do Calvário. O pão sem fermento passou a representar o corpo de Cristo, oferecido de forma substitutiva na cruz, em substituição ao juízo divino que deveria recair sobre a humanidade. Por sua vez, o cálice da redenção e da bênção deu lugar ao cálice da nova e eterna aliança celebrada mediante o sangue de Cristo, capaz de purificar todo e qualquer pecado daquele que, mediante a fé, crê que Jesus é o filho de Deus.

A última etapa do Seder pascal, que consistia na passagem do quarto cálice, simbolizando a consumação, não chegou a acontecer. Jesus e seus discípulos deixaram o cenáculo e se dirigiram ao Monte das Oliveiras, entoando provavelmente os Salmos 115 a 118, que encerravam a cerimônia do Seder. A razão pela qual o quarto cálice não foi passado aos discípulos é simples: tal cálice não poderia ser partilhado. O cálice da nova e eterna aliança deveria ser bebido somente por Jesus, o único capaz de cumprir tal missão que, de tão penosa o levou a pedir ao Pai que, se possível, afastasse d'Ele tal cálice, conforme a narrativa do evangelista Marcos.

Marcos 14, 35-36 (ARA):

“35 E, adiantando-se um pouco, prostrou-se em terra; e orava para que, se possível, lhe fosse poupada aquela hora. 36 E dizia: Aba, Pai, tudo te é possível; passa de mim este cálice; contudo, não seja o que eu quero, e sim o que tu queres.”

A cerimônia da Páscoa celebrada por Jesus na quinta-feira não foi concluída; ela foi interrompida para ser completada na cruz do Calvário na sexta-feira, momento da consumação da obra sacrificial de Cristo. O cálice bebido por Jesus foi o cálice do sofrimento e da consumação, mediante Sua morte substitutiva na Cruz, algo que somente o Filho de Deus poderia fazer. Ainda assim, Jesus bebe vinagre na cruz antes de morrer, um subproduto da fabricação do vinho, como um símbolo do cálice da

consumação não partilhado na ceia pascal, conforme descrito pelo evangelista João:

João 19, 28-30 (ARA):

“28 Depois, sabendo Jesus que já todas as coisas estavam terminadas, para que a Escritura se cumprisse, disse: Tenho sede. 29 Estava, pois, ali um vaso cheio de vinagre. E encheram de vinagre uma esponja e, pondo-a num hissopo, lhe chegaram à boca. 30 E, quando Jesus tomou o vinagre, disse: Está consumado. E, inclinando a cabeça, entregou o espírito.”

Ao terminar a sua obra redentora na cruz, Jesus bradou: “Está consumado”. Por intermédio de tal sacrifício, Jesus permitiu que Páscoa deixasse de ser uma cerimônia exclusiva dos hebreus para se tornar uma celebração dos filhos de Deus de toda língua, povo e nação. A Páscoa recebeu um novo significado, simbolizando a reconciliação entre Deus e os homens, a libertação dos filhos de Deus do pecado e a possibilidade de salvação, mediante a fé no Filho de Deus

7. Conclusão

Durante a última ceia, Jesus modifica o rito tradicional do Seder pascal, celebração cultural da Páscoa vigente no tempo de seu ministério, dando à antiga cerimônia um novo significado. Após a passagem dos dois primeiros cálices do Seder que simbolizavam, respectivamente, a escravidão dos hebreus no Egito, bem como a sua libertação, Jesus interrompe a cerimônia e retira Judas do cenáculo para estabelecer uma nova celebração, através da distribuição do pão e da passagem de um cálice. Tais símbolos não mais apontavam para os milagres no Egito, mas para a morte do cordeiro imaculado de Deus, que tira o pecado do mundo (João 1, 29), como os apóstolos perceberiam dias depois. Por meio de um cálice que não poderia ser partilhado, Jesus possibilitou que os homens se reconciassem com Deus, que fossem comprados por um alto preço; que se tornassem filhos de Deus. Por meio da Ceia do Senhor, relembramos que o cordeiro de Deus sem pecado foi sacrificado em nosso lugar, e que Ele retornará para julgar o mundo e nos conduzir à salvação eterna. A Páscoa cristã é um símbolo do amor de Deus, que aponta para a volta de Cristo.

“Porque, se vivemos, para o Senhor vivemos; se morremos, para o Senhor morremos. De sorte que, ou vivamos ou morramos, somos do Senhor.” (Romanos 14:8)

... a propósito da Eutanásia

A busca por uma boa morte

Ensaio sobre a Vida e a Morte

(2ª parte)

Outra ordem de argumentos é a que envolve as pessoas próximas de quem pede para morrer. Perante o declínio inevitável do doente, o desejo de não se tornar um fardo, bem como o de poupar o sofrimento dos que lhe são próximos, a eutanásia surge como solução viável. Assim, com o devido tempo, todos podem preparar-se para a morte e fazer as despedidas nos seus próprios termos. Não ignoro, até por experiência, como o cuidar de alguém em fim de vida é, em boa medida, limitador da liberdade própria e exaustivo tanto a nível emocional como físico. Não desconsidero, contudo, que o modo como encaramos esse chamado foi profundamente transformado no último século. A industrialização, os progressos tecnológicos, a luta feminista e a entrada no mercado de trabalho da mulher, a revolução sexual, a alteração do conceito de família, a moderna definição de felicidade associada ao prazer e à liberdade, os avanços médicos e a medicalização da morte – que alterou irreversivelmente onde e como morremos -, o crescimento do chamado sector social – que profissionalizou o cuidado dos velhos, dos incapazes e dos desvalidos -, rasgou o tecido social assente em relações familiares e comunitárias fortes onde o cuidado dos fracos, doentes e velhos era visto como um dever ético, cívico e moral. Cito a carta Samaritanus Bonus, sobre o cuidados das pessoas nas fases críticas e terminais da vida, da Congregação para a Doutrina da Fé, do Vaticano (embora discordando teologicamente da Igreja Católica, neste assunto, estamos de acordo): “Sob o perfil clínico, os fatores que mormente determinam o pedido de eutanásia e suicídio assistido são: a dor não administrada; a falta de esperança, humana e teologal, induzida também por uma assistência humana, psicológica e espiritual muitas vezes inadequada por parte de quem cuida do doente. É isto que a experiência confirma: «as súplicas dos doentes muito graves que, por vezes, pedem a morte, não devem ser compreendidas como expressão de uma verdadeira vontade de eutanásia; nestes casos são quase sempre pedidos angustiados de ajuda e de afeto.

Para além dos cuidados médicos, aquilo de que o doente tem necessidade é de amor, de calor humano e sobrenatural, que podem e devem dar-lhe todos os que o rodeiam, pais e filhos, médicos e enfermeiros». O doente que se sente circundado pela presença amorosa, humana e cristã, supera toda forma de depressão e não cai na angústia de quem, ao invés, se sente só e abandonado ao seu destino de sofrimento e de morte. (...) Portanto, a capacidade de quem assiste uma pessoa atingida por doença crônica ou na fase terminal da vida deve ser aquela de “saber estar”, vigiar com quem sofre a angústia do morrer, “consolar”, ou seja estar-com na solidão, ser co-presença que abre à esperança. Mediante a fé e a caridade expressas na intimidade da alma, a pessoa que assiste é capaz de sofrer a dor do outro e de abrir-se a uma relação pessoal com o fraco, que alarga os horizontes da vida para além do evento da morte, tornando-se assim uma presença plena de esperança. «Chorai com os que choram» (Rm 12, 15), porque é feliz quem tem compaixão ao ponto de chorar com os outros (cfr. Mt 5, 4). Nesta relação, que se faz possibilidade de amor, o sofrimento se enche de significado no com-partilhamento da condição humana e na solidariedade no caminho para Deus, que exprime aquela aliança radical entre os homens, que os faz entrever uma luz mesmo para além da morte. Isso nos faz ver o ato médico desde dentro de uma aliança terapêutica entre o médico e o doente, ligados pelo reconhecimento do valor transcendente da vida e do sentido místico do sofrimento. Tal aliança é a luz para compreender um bom agir médico, superando a visão individualista e utilitarista hoje predominante.”

Recupero a última expressão da citação anterior – “a visão individualista e utilitarista hoje predominante”-, para abordar o último argumento: a dignidade da pessoa humana. Aquilo que o debate da eutanásia demonstrou, nomeadamente nos países onde já se discute até onde se pode alargar o seu escopo, é como o valor e a dignidade da vida humana se tornou uma questão utilitária.

Num desses países (Holanda) o debate actual está centrado na possibilidade de disponibilizar, em venda livre nas farmácias, meios farmacológicos para alguém, maior de 75 anos, pôr termo à sua vida por sentir que já cumpriu o seu caminho aqui. A mensagem clara que é dada à sociedade e cultura é que a vida só tem valor na medida da sua prestabilidade e contributo para o bem comum. Se estou velho e já não sou produtivo, se estou doente e sou dependente, se não sou útil, devo considerar-me diminuído na minha dignidade e, para evitar embaraços e não ser um fardo para os outros devo elegantemente (esse é o aspecto mais perverso da questão, tornar o mal em bem) escolher morrer. A dignidade da vida humana deixou de ser um valor intrínseco e inalienável para reflectir um conceito de qualidade de vida arbitrário, utilitário e desumano. Por outro lado, a afirmação da dignidade intrínseca de cada ser humano e da inviolabilidade da vida é o fundamento da defesa de direitos iguais para todos os Homens independentemente de “raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação” (Declaração Universal dos Direitos Humanos). Removido este fundamento, através da redefinição dos seus termos, expomo-nos a atrocidades tais como delírios eugénicos, racismo, exploração sexual, conflitos étnicos, e sim, a morte dos fracos, doentes, portadores de deficiência, e velhos como sub-produtos humanos reduzidos à irrelevância.

Wesley J. Smith, norte-americano reconhecido pelo seu trabalho público na área da bioética, resumiu numa entrevista o problema da seguinte forma: “O objectivo do Governo (e da cultura e sociedade) costumava ser proteger a vida de todos os cidadãos, incluindo os suicidas. Agora, o objectivo é proteger de todo o sofrimento. Esta é uma ideia utópica. Quando o objectivo é eliminar o sofrimento como o maior mal, isso rapidamente metastisa para eliminar o sofrimento. A eutanásia tem uma permissão, e é: matar é uma opção legítima para acabar com o sofrimento humano. A eutanásia não é sobre os doentes terminais. Há doentes que sofrem muito mais, e mais tempo. Isso é a porta de entrada para que as pessoas aceitem a permissão e, aí começa a rampa deslizante.” Em contraste, Smith afirma: “Amor é passar da agenda da morte para a agenda do cuidado”.

Termino citando novamente Walter Osswald no seu ensaio “Sobre a Morte e o Morrer” publicado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos:

“Sendo indissociáveis, no percurso de cada pessoa, a vida e a morte, a sua ligação fará

sentido total se o esforço de viver uma vida boa for coroada pela boa morte. Para isso, como nos adverte o grande Paul Ricoeur no título do seu livro, importa estarmos “Vivos até à morte”. Creio que me será permitido, ao concluir este breve ensaio, em que me esforcei por dar lugar a outras vozes, dizer algo da minha própria convicção. Encontrei-a muito melhor exposta no pensamento de Julián Marías, talvez o mais original dos construtores da escola a que já se tem chamado o segundo século de ouro da filosofia espanhola. Diz ele: “Importam-me muito mais algumas coisas e sobretudo algumas pessoas. Mas, se no dia em que morrer, que certamente já está próximo, tudo acabar, deixarei de me importar com essas coisas e essas pessoas e então nada tem importância, nada tem última importância. Mas, e se não for assim? Se depois da morte continuarmos a viver? Então não acontecerá apenas que essas coisas continuarão a ser importantes para mim, mas também que durante o tempo que estou neste mundo terei escolhido livremente quem pretendo ser, quem quero ser para sempre. E então, precisamente então, comprometi-me a ser para sempre (e não apenas para um tempo limitado) esse tal que quero ser, esse que me esforço por ser. É então que tudo, concretamente este mundo, tem verdadeira importância: porque estou a fazer, a querer, a dizer algo que é para sempre.” Esta imagem de eternidade só faz sentido, para mim como para uma multidão de outros, porque, como belamente o exprime José Mattoso, “...em Deus temos o dom da vida. N’Ele todas as contradições se resolvem, todas as perguntas têm a sua resposta, todos os desejos são cumpridos, todas as lágrimas são enxugadas.”

Pensando Biblicamente

Quando Jacó chegou ao Egipto a convite do seu filho José este apresentou-o a Faraó. O diálogo que travaram é desolador:

“E Faraó disse a Jacó: Quantos são os dias dos anos da tua vida? E Jacó disse a Faraó: Os dias dos anos das minhas peregrinações são cento e trinta anos, poucos e maus foram os dias dos anos da minha vida, e não chegaram aos dias dos anos da vida de meus pais nos dias das suas peregrinações.” (Gênesis 47:8,9)

É desolador que para tantos a vida seja um desencanto. Talvez por isso tenhamos com a morte uma relação agridoce. Embora em boa medida ela nos aterrorize, em alguns momentos, uma avaliação desesperada da vida conduz-nos a cortejá-la. As Escrituras não escondem essa tensão. Logo nos primeiros capítulos de Gênesis a morte entra de rompante num fratricídio trágico causado pelo ciúme. A partir daí não



Hélder Nuno

Ancião na Igreja Evangélica
em Aveiro



mais parou. A mulher de Jó aconselhou-o a amaldiçoar a Deus e morrer para acabar com o seu sofrimento. O Rei Saul, após perder uma batalha, pede a um escudeiro que lhe tire a vida para poupá-lo a agonia da morte e a vergonha. Jonas, frustrado com a misericórdia divina mostrada aos ninívtas, pede que Deus o mate quando perde a sombra que o abrigava.

O que cada um destes episódios têm em comum é a censura firme que lhes é feita. O homicídio perpetrado por Caim foi duramente condenado por Deus: “Que fizeste? A voz do sangue do teu irmão clama a mim desde a terra. E agora maldito és tu desde a terra.” (Gênesis 4:10,11). Jó afastou o conselho de suicídio da mulher dizendo: “Como fala qualquer doida, falas tu; receberemos o bem de Deus, e não receberíamos o mal?” (Jó 2:10). Davi mandou matar o escudeiro que cumpriu o desejo de eutanásia de Saul como se fosse um homicida, “O teu sangue seja sobre a tua cabeça, porque a tua própria boca testemunhou contra ti, dizendo: Eu matei o ungido do Senhor.” (2 Samuel 1:16) E, no caso de Jonas, Deus censurou a sua displicência: “Fazes bem que assim te ires?” (Jonas 4:4). Seja qual for a forma como causamos ou buscamos a morte ela é sempre condenada nas Escrituras (exceção feita a contextos de guerras, castigos legais – pena de morte, e, defesa da própria vida). O mandamento “Não matarás!” (Ex. 20:13) é uma lembrança solene que tanto a vida como a morte pertencem ao Senhor.

Ao esclarecer como um cristão deve interpretar a sua liberdade em Cristo, o apóstolo Paulo lembra que, acima de tudo, “somos do Senhor” (Rm.14:8). Por isso, se vivemos, é por Ele e para Ele. Se morremos, é por Ele e para Ele. É Deus quem dá a vida e quem tem a autoridade de tomá-la de volta. Atentar contra a própria vida ou a de outro é desprezar a dádiva de Deus e tomar para si, em rebelião, uma autoridade que apenas pertence ao Senhor. Na verdade, descansar no facto de que somos do Senhor, conduz-nos a gozar da mais ampla das liberdades, desfrutando da vida enquanto dádiva de Deus e estando em paz na morte porque “Bem-aventurados os mortos que desde agora morrem no Senhor. Sim, diz o Espírito, para que descansem dos seus

trabalhos, e as suas obras os seguem” (Apocalipse 14:13). Essa é a experiência da verdadeira fé em Deus.

Não julguemos, no entanto, que o mandamento inscrito nas tábuas de pedra se esgota na ausência de facilitar a morte de alguém. O Senhor Jesus deixou isso bem claro no ensino do Sermão do Monte.

“Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; mas qualquer que matar será réu de juízo. Eu, porém, vos digo que qualquer que, sem motivo, se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo; e qualquer que disser a seu irmão: Raca, será réu do sínédrio; e qualquer que lhe disser: Louco, será réu do fogo do inferno. Portanto, se trouxeres a tua oferta ao altar, e aí te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, Deixa ali diante do altar a tua oferta, e vai reconciliar-te primeiro com teu irmão e, depois, vem e apresenta a tua oferta.” (Mateus 5:21-24)

A proibição de matar encerra em si muito mais do que a violência do homicídio, suicídio e eutanásia. Nela está a proibição de fazer acepção de pessoas, de humilhar, e tratar indignamente. Condena-se o abandono, a falta de compaixão e misericórdia. As proibições servem, na verdade, o propósito de enaltecer o segundo grande mandamento – amarás ao teu próximo como a ti mesmo. “Não matarás” é um apelo à reconciliação, à paz, ao bem do outro.

Prática e Vida

Para mim, como cristão, isso significa que a minha luta não é contra a morte, mas em defesa da vida. Não basta dizer não à eutanásia (e o mesmo em relação ao aborto). O mandamento das Escrituras amarra-me à compaixão, à misericórdia, à reconciliação e ao bem do meu próximo. Aqueles que desistem no seu sofrimento e procuram a morte não podem ficar sem respostas, nem abandonados no seu sofrimento. O mundo já ofereceu uma solução – o remédio para o sofrimento é a morte. Temos uma resposta melhor – Cristo! Cristo, conhecido no Evangelho proclamado, e Cristo, experimentado no Evangelho vivido que me leva a estar ao lado dos que sofrem e choram para servi-los com a minha vida.

Ministério em Silveiro

Família Duarte

Amadados irmãos em Cristo, apraz-nos versar umas breves linhas sobre nós e o ministério que o Senhor nos tem dado, como família.

Somos gratos a Deus pela grande salvação que temos em Cristo, pela grande misericórdia e bondade que é derramada diariamente a nós, criaturas tão finitas, frágeis e incapazes e, como se isso não bastasse, ainda se digna de nos fazer seus servos na Sua obra. Oh, que admirável graça!

Temos o enorme privilégio de servir na Igreja Evangélica do Silveiro, a tempo integral. Localizada numa pequena aldeia a sul de Aveiro, esta é já uma igreja histórica em Portugal, contando com mais de 82 anos de testemunho do evangelho. É uma bênção poder sentir o respeito que as pessoas têm para com os crentes em geral, granjeado ao longo das décadas, pelo firme e santo testemunho. Todavia, é patente também a dureza, apatia e conformismo às verdades do evangelho. Oramos, e convocamos os irmãos a orar connosco, para que o Senhor nos dê a ousadia necessária para confrontar um meio demasiadamente conformado.

Ainda assim, louvamos a Deus pelas pessoas que o Senhor tem adicionado ao seu povo nesta localidade, e por todo o restante corpo local, numeroso para um meio tão pequeno, que ele tem mantido e alimentado.

Um dos valores que cedo implementámos no ministério foi a centralidade da Palavra como meio de edificação e evangelização. Cremos firmemente, como dizia o saudoso irmão Manuel Ribeiro, que o que a Palavra não fizer, nada mais fará. Portanto, em três anos de ministério integral centrámo-nos em focalizar toda a vida da igreja na Palavra. Desde Escola Dominical, passando pelos Encontros de Jovens, Grupos de Casais, Encontros de Senhoras, organização e formação de Membros, Apoio Matrimonial e Culto, tudo foi intencionalmente desenhado para que a Palavra do Senhor fosse a força motriz que faz girar tudo o resto.

Grande parte do meu (Jónatas) tempo semanal é, portanto, passado no estudo da Palavra e oração. O restante tempo é investido na organização logística, visitação, alguns encontros intencionais de discipulado, hospitalidade visando o evangelismo e apoios matrimoniais regulares. Neste campo, conto com a preciosa ajuda da minha esposa, Débora. Ela que, para além de ser uma fantástica mãe, com muito a fazer para gerir a nossa numerosa família, ainda serve a igreja em visitas do foro mencionado anteriormente, lecionando na Escola Dominical, desenvolvendo trabalhos gráficos para publicação

nas redes sociais, e fazendo discipulado com outras mulheres.

Este ano lectivo iniciámos também um novo desafio. O João, o mais velho, fez 6 anos, iniciou o seu percurso escolar, e decidimos optar pelo regime de ensino doméstico. Oramos ao Senhor para que ele nos dê a sabedoria e forças necessárias para tal árdua e desafiante tarefa, a qual recai principalmente sobre a Débora, como professora, enquanto toma conta dos demais filhos: Tiago (5 anos), Maria (2 anos) e Inês (1 ano).

Para além do foco na igreja local, não baixamos os nossos olhos nem encolhemos a nossa mão para as igrejas circundantes e outros ministérios. Com regularidade dou apoio, principalmente ao pregar a Palavra do Senhor, a igrejas que me convidam. Também amamos e colaboramos com outros ministérios, como os acampamentos do Palhal e CIIP-Norte – dos quais faço parte da direção, ou o GBU. Temos planeadas duas viagens para o próximo ano, se assim Deus permitir, as quais também pedimos orações. A Débora, juntamente com outras irmãs em Cristo, planeiam estar na TGCW (The Gospel Coalition Woman's Conference) em Indianópolis, EUA. Cremos que será extremamente benéfico para o seu crescimento espiritual, fortalecimento de amizades em Cristo e edificação da igreja. Eu fui convidado a estar presente no Curso Intensivo das 9Marks, em Washington, em Março do próximo ano. Será um tempo para refletir bíblicamente sobre eclesiologia e interagir com outros irmãos, visitar outras igrejas, contextos e realidades, tendo sempre em mente a contextualização e aplicação dos princípios na nossa realidade local. É nossa intenção que a igreja seja abençoada com estas viagens e oportunidade formativas.

Queridos irmãos, juntem-se a nós em oração.

Orem por nós, como casal. Orem por nós como pais. Orem pelos nossos filhos. Orem pela Débora na sua tarefa como mãe, educadora e professora. Orem por mim (Jónatas) na minha tarefa de presbítero da igreja local, pregador da Palavra de Deus, conselheiro, discipulador e evangelista. Orem pelo nosso sustento. Orem pelas nossas viagens e projetos. Orem pela Igreja Evangélica do Silveiro, que muito amamos e desejamos servir de maneira fiel e apaixonada.

Que o Senhor vos abençoe.

Jónatas, Débora, João, Tiago, Maria e Inês Duarte

jonatas.89@hotmail.com

iesilveiro@gmail.com

963452378